

CONCURSO PÚBLICO

009. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO | ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **12**.

Hora do pesadelo

O carnaval de rua veio para ficar. O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644, 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. São dados que mostram a potência econômica e turística desse evento para a cidade. Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos – sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivilidade de muitos dos foliões.

O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o exponencial crescimento dos blocos e a atração de cada vez mais turistas. Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. O problema é que a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa.

Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. Paulistanos tornam-se reféns dentro de suas próprias casas, tendo de suportar, dia e – principalmente – noite, a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público.

Ao mesmo tempo que aceita e estimula a expansão do carnaval de rua na cidade, a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem dos que abusam do direito de se divertir na festa. Mas as vítimas desse descaso começam a reagir.

Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. Além disso, “a estrutura de forças de segurança local não comporta eventos dessa magnitude” e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”, sem falar no cerceamento do direito de ir e vir e no prejuízo ao comércio – que inclui a Ceagesp.

A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval – período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer.

(Editorial, “Hora do pesadelo”. <https://opiniaio.estadao.com.br>. 16.02.2020. Adaptado)

- 01.** Analisando-se o título do texto, conclui-se corretamente que o editorial foi elaborado para enfatizar a perspectiva
- (A) dos paulistanos prejudicados pela Prefeitura, que desistiu “de incluir a Avenida Gastão Vidigal no circuito dos blocos”, pontuando-se ao longo dele que o turismo no carnaval paulistano não cresce, apesar dos contínuos estímulos da Prefeitura.
 - (B) das pessoas contrárias à ideia de que o carnaval “vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa”, pontuando-se ao longo dele que o carnaval é uma festa popular que deveria ser banida da cidade de São Paulo.
 - (C) da Prefeitura, que está preocupada com “a potência econômica e turística desse evento para a cidade”, pontuando-se ao longo dele que os cidadãos paulistanos suportam o carnaval em razão dos benefícios culturais e econômicos.
 - (D) dos turistas que vão a São Paulo, onde os desfiles “significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas”, pontuando-se ao longo dele que as festas populares, como o carnaval, ano a ano, expõem os cidadãos à violência.
 - (E) dos paulistanos “que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval”, pontuando-se ao longo dele que a Prefeitura de São Paulo estimula um evento de grande proporção que não tem como gerir plenamente.
- 02.** Assinale a alternativa em que, nos dois trechos transcritos do texto, predomina a sequência tipológica argumentativa.
- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”... (5º parágrafo).
 - (B) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo); A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo).
 - (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo); ... 180 a mais do que no ano passado. Haverá 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade. (1º parágrafo).
 - (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo); ... e “haverá multidões apertadas no calor”, com “barulho, sujeira, urina e vandalismo”... (5º parágrafo).
 - (E) A Prefeitura aparentemente aceitou parte dos argumentos, ao dizer que cancelou o desfile na Avenida Gastão Vidigal “por motivo de organização e otimização dos espaços públicos”. (6º parágrafo); Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões” (5º parágrafo).

03. No editorial, quando se afirma que a Prefeitura não dá o mesmo tratamento a todos os cidadãos, chama-se a atenção para o fato de que a Administração Pública

- (A) vem aceitando, amiúde, as demandas daqueles que veem com reservas o carnaval, o que implica deixar de lado os cidadãos e turistas que se divertem com essa festa, atitude que pode, inclusive, comprometer os cofres públicos, com diminuição de receita, além do possível desgaste político que esse procedimento implica.
- (B) proporciona um evento de grande proporção e alcance, esperado pelos cidadãos do país com ansiedade, não tendo condições, entretanto, de garantir que todos os paulistanos se divirtam durante essa festa popular, coibindo que ela se estenda durante a madrugada e limitando, cada vez mais, os espaços públicos para sua realização.
- (C) atende, de forma mais diligente, àqueles que estão envolvidos com a folia de carnaval, preocupada em fortalecer o potencial econômico e turístico desse evento na cidade, deixando em segundo plano a maioria da população paulistana, que fica à mercê dos aspectos negativos da festa, pois não compartilha a diversão.
- (D) tem colocado como prioridade os benefícios econômicos e políticos decorrentes dos eventos populares, capitalizando o carnaval como uma festa que serve à diversão do paulistano e dos turistas e passa a integrar a agenda de interesses de grupos altamente comprometidos com o bem-estar da população em geral.
- (E) sente dificuldade para valer-se dos seus interesses econômicos para capitalizá-los politicamente, razão pela qual se cria um vácuo nessa gestão de tal forma que nem os foliões paulistanos nem os turistas acabam se divertindo com o carnaval; da mesma sorte, nem aqueles que querem descansar e ser respeitados conseguem isso.

04. Nos processos de construção textual, identifica-se locução conjuntiva articulando duas orações com sentido de adição na passagem:

- (A) Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (1º parágrafo)
- (B) ... não apenas para os milhares de participantes mas também para os que, malgrado não queiram participar da festa, são obrigados a conviver com seus efeitos mais danosos... (1º parágrafo)
- (C) Esse gigantismo pode representar ganhos para a cidade, mas é um enorme desafio para a Prefeitura. (2º parágrafo)
- (D) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos que se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

05. Analise as passagens do texto:

- ... cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa **magnitude** transcorra da maneira mais tranquila possível, não apenas para os milhares de participantes, mas também para os que, **malgrado** não queiram participar da festa... (1º parágrafo)
- O potencial econômico dos desfiles carnavalescos ajuda a explicar o **exponencial** crescimento dos blocos... (2º parágrafo)
- A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um **alento** para os paulistanos... (6º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) importância; não obstante; expressivo; ânimo.
- (B) inexpressividade; conquanto; absurdo; alegria.
- (C) grandeza; por conseguinte; acentuado; certeza.
- (D) desprendimento; ainda que; relativo; esperança.
- (E) complexidade; à medida que; significativo; temor.

06. De acordo com a norma-padrão, a organização sintática e o emprego dos sinais de pontuação estão adequadamente atendidos em:

- (A) Com 180 blocos a mais do que em 2019, o carnaval de rua de São Paulo, contará com 678 desfiles em cerca de 400 pontos da cidade.
- (B) Já que é um evento com milhares de participantes é comum que, ocorram as interdições que obrigam os moradores a alterar sua rotina de deslocamentos.
- (C) Dia e noite, paulistanos tornam-se reféns em suas próprias casas, tendo de suportar, a algazarra de foliões, que estendem a festa até altas horas.
- (D) O ambiente para os foliões, sejam eles cidadãos da cidade ou turistas, julgando-se pela experiência dos anos anteriores, tem sido em geral satisfatório.
- (E) Elaborado por moradores da Vila Leopoldina o abaixo-assinado levou a desistir de incluir a Prefeitura no circuito dos blocos, a avenida principal do bairro.

07. As informações textuais que expressam sentido entre si, respectivamente, de causa e efeito estão em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilarem entre os dias 15 de fevereiro e 1º de março chegou a 644... (1º parágrafo)
- (B) A julgar pela experiência dos anos anteriores, o ambiente para os foliões tem sido em geral satisfatório. (2º parágrafo)
- (C) Mais blocos e mais desfiles pela cidade significam mais sujeira, mais barulho, mais ruas fechadas. (3º parágrafo)
- (D) ... a Prefeitura tem demonstrado escassa capacidade para coibir o comportamento selvagem... (4º parágrafo)
- (E) Os moradores disseram que “a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões”. (5º parágrafo)

08. Identifica-se linguagem conotativa, com ressalva à realização do carnaval na cidade de São Paulo, no trecho:

- (A) ... sejam as interdições que obrigam moradores a alterar drasticamente sua rotina de deslocamentos, seja a incivildade de muitos dos foliões. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, que vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) ... a algazarra de foliões que estendem a festa até altas horas, fazendo seu carnaval particular em local público. (3º parágrafo)
- (D) Um abaixo-assinado de moradores da Vila Leopoldina levou a Prefeitura a desistir de incluir a Avenida Gastão Vidigal, a principal do bairro, no circuito dos blocos. (5º parágrafo)
- (E) ... período no qual, para muitos, a lei e as regras de civilidade deixam de valer. (6º parágrafo)

09. Nas passagens "... são obrigados a conviver com **seus efeitos mais danosos...**" (1º parágrafo) e "Mas as vítimas **desse descaso** começam a reagir." (4º parágrafo), as expressões destacadas referem-se, correta e respectivamente:

- (A) ao lado ruim do carnaval de rua paulistano; à ação limitada da Prefeitura.
- (B) ao aumento do número de blocos de carnaval; à coibição do comportamento selvagem.
- (C) ao descaso com o carnaval de rua em São Paulo; ao posicionamento da Prefeitura.
- (D) ao comportamento dos participantes do carnaval; à expansão do carnaval.
- (E) às datas de desfiles de rua na cidade de São Paulo; ao abuso do direito à diversão.

10. A palavra "que" está empregada como pronome relativo, imprimindo sentido de restrição ao enunciado, em:

- (A) O número de blocos autorizados pela Prefeitura de São Paulo a desfilar [...] chegou a 644, 180 a mais do **que** no ano passado. (1º parágrafo)
- (B) Para estes, o carnaval é a hora do pesadelo, **que** vem se tornando mais tétrico a cada ano que passa. (2º parágrafo)
- (C) O problema é **que** a Prefeitura tem sido incapaz de oferecer o mesmo tratamento àqueles – grande maioria – que não estarão nos desfiles. (2º parágrafo)
- (D) Os moradores disseram **que** "a região não é servida por metrô e a extensão da avenida não comporta grandes multidões". (5º parágrafo)
- (E) A vitória dos moradores da Vila Leopoldina é um alento para os paulistanos **que** se sentem destituídos de sua condição de cidadãos durante o carnaval... (6º parágrafo)

Leia o texto para responder às questões de números 11 a 18.

Folia agigantada

São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história. Pela primeira vez, a cidade, que já foi apelidada de "túmulo do samba", terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras.

Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita. Os números são preliminares, mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, com aumento previsto de 70%. Novas atrações também animarão a festa, como o famoso Galo da Madrugada, de Pernambuco.

Levantamentos preliminares sugerem que a capital paulista poderá ser o principal destino turístico do país durante os festejos, suplantando Rio de Janeiro e Salvador. Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc.

No cenário animador, um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura, que tem em seus membros um carnavalesco conhecido – o secretário de Cultura, Alê Youssef, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. O carnavalesco, que representa uma face mais progressista do governo municipal, vê no Carnaval também um meio de manifestação política. O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão.

A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa.

Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.

A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos, como CET, SPTrans (responsável pelos ônibus), polícia e GCM (Guarda Civil Metropolitana). Medidas em outras áreas também foram anunciadas.

Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.

(Editorial, "Folia agigantada". *Folha de S.Paulo*, 05.02.2020. Adaptado)

11. No editorial da *Folha*, as informações que também constam no texto *Hora do pesadelo* são:

- (A) o fato de São Paulo ter-se tornado o grande palco do carnaval; as simpatias e elogios da população pelo evento; a eventual desorganização da festa.
- (B) a superação do carnaval do Rio pelo de São Paulo; o ufanismo que contagia os quadros da prefeitura; a reestruturação do planejamento do evento.
- (C) a expansão do número de blocos carnavalescos; a projeção de aumento da circulação de dinheiro; os problemas de infraestrutura para atender os foliões.
- (D) a ampliação das áreas protegidas das ações dos foliões; o uso do carnaval como meio de manifestação política; o expressivo retorno financeiro da festa de carnaval.
- (E) o entusiasmo da prefeitura com a ampliação dos blocos de carnaval; a projeção de diminuição do número de turistas; a animação do Galo da Madrugada.

12. Observe as informações:

- Dessa forma, cabe às autoridades competentes cuidar para que um acontecimento dessa magnitude transcorra da maneira mais tranquila possível... (*Hora do pesadelo*)
- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento. (*Folia agigantada*)

A leitura comparativa dos dois trechos permite concluir que ambos os editoriais

- (A) reiteram o descaso com as demandas que surgem quando se trata da realização de um evento da proporção do carnaval, ironizando que as autoridades possam garanti-lo com um padrão aceitável de civilidade.
- (B) sinalizam a necessidade de as autoridades reverem a realização do carnaval na cidade, uma vez que é incontestemente uma série de situações que colocam a integridade física dos cidadãos e dos turistas em risco.
- (C) sugerem que a responsabilidade pelo evento na cidade seja expandida para outras esferas governamentais, já que, com seu agigantamento, é imperioso o emprego de técnicas de segurança mais arrojadas.
- (D) reforçam a necessidade de ações governamentais conjuntas para o evento, embora reconheçam que é impossível a realização de uma festa dessa proporção sem prejuízos a determinadas camadas da população.
- (E) reconhecem o papel protagonista das autoridades no que diz respeito à realização do carnaval dentro dos padrões de civilidade, ressalva que se faz em razão de uma série de problemas que surgem durante esse evento.

13. Na organização das informações no texto, o emprego de verbos no tempo presente cria um efeito de aproximação com o leitor, estratégia que dá mais força aos argumentos apresentados; o uso de tempos que remetem à ideia de hipótese, por sua vez, têm menos força argumentativa. Esses dois recursos de argumentação são, correta e respectivamente, exemplificados com as passagens:

- (A) Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo); O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa. (5º parágrafo).
- (B) A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. (5º parágrafo); No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo).
- (C) Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo); ... que já foi apelidada de “túmulos do samba”... (1º parágrafo).
- (D) Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos... (7º parágrafo); O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão. (4º parágrafo).
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo); A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo).

14. No editorial, identifica-se linguagem denotativa na passagem

- (A) “São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história.” (1º parágrafo), na qual se enaltece o carnaval de rua de São Paulo, considerado como o melhor do Brasil.
- (B) “Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita.” (2º parágrafo), na qual se mostra que os números do carnaval de São Paulo ultrapassam os de Salvador e do Rio de Janeiro.
- (C) “um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura” (4º parágrafo), na qual se sugere uma certa desconfiança na prefeitura quanto à produção de um grande carnaval.
- (D) “A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento” (7º parágrafo), na qual se expressa o papel da Prefeitura na organização do evento para torná-lo melhor.
- (E) “e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.” (8º parágrafo), na qual se ironiza a capacidade de reorganização do carnaval paulista pela Prefeitura da cidade.

15. Assinale a alternativa em que a preposição destacada forma uma expressão cujo sentido é de finalidade.

- (A) ... mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas, **com** aumento previsto de 70%. (2º parágrafo)
- (B) **Com** isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc. (3º parágrafo)
- (C) **Com** o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática... (6º parágrafo)
- (D) A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento **com** vistas a diminuir os transtornos. (7º parágrafo)
- (E) Cabe às autoridades, agora, fazer **com** que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

16. Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho. (6º parágrafo)

A reorganização das informações do trecho, em que a expressão escrita atende aos sentidos do texto e à norma-padrão, é:

- (A) Graças ao tempo, no entanto, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática devido a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (B) Devido o tempo, então, a outra face do crescimento da folia veio-se mostrando problemática: a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (C) Com o passar do tempo, porém, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática, evidenciando-se a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (D) Com o tempo concluído, apesar disso, a outra face do crescimento da folia vêm-se mostrando problemática, com a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.
- (E) Ao longo do tempo, de fato, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática? A insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho mostra que sim.

17. Considere as passagens do texto:

- Pela primeira vez, **a cidade**, que já foi apelidada de “túmulo do samba”, terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras. (1º parágrafo)
- ... o secretário de Cultura, **Alê Youssef**, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. (4º parágrafo)
- No Rio, **por exemplo**, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. (5º parágrafo)
- Com o tempo, **contudo**, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática (6º parágrafo)
- Cabe às autoridades, **agora**, fazer com que a propalada reorganização saia do papel... (8º parágrafo)

Assinale a alternativa em que se apresentam, correta e respectivamente, as justificativas para o emprego de vírgulas em relação às expressões destacadas.

- (A) Expressão está antecedida de oração principal e seguida de oração coordenada explicativa; sujeito; expressão retificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (B) Expressão está antecedida de locução adjetiva e seguida de oração adjetiva restritiva; vocativo; expressão comparativa; conjunção concessiva; advérbio de modo intercalado.
- (C) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adverbial causal; aposto; expressão enumerativa; conjunção conclusiva; advérbio de tempo intercalado.
- (D) Expressão está antecedida de locução adverbial e seguida de oração adjetiva explicativa; aposto; expressão exemplificativa; conjunção adversativa; advérbio de tempo intercalado.
- (E) Expressão está antecedida de oração coordenada assindética e seguida de oração adverbial consecutiva; vocativo; expressão resumidora; conjunção temporal; advérbio de lugar intercalado.

Leia o texto para responder às questões de números 18 a 20.

16 DE JULHO Levantei. Obedeci a Vera Eunice. Fui buscar água. Fiz o café. Avisei as crianças que não tinha pão. Que tomassem café simples e comesse carne com farinha. Eu estava indisposta, resolvi benzer-me. Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. A indisposição desapareceu sai e fui ao seu Manoel levar umas latas para vender. Tudo quanto eu encontro no lixo eu cato para vender. Deu 13 cruzeiros. Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barraco, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma maquina de moer carne. E uma maquina de costura.

Cheguei em casa, fiz o almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço. Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte.

(Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo – diário de uma favelada*, 1993)

18. Observe as passagens:

- Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do **papel**... (8º parágrafo, editorial *Folia agigantada*)
- Cato **papel**, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. (1º parágrafo, *Quarto de despejo*)

Analisando o emprego da palavra “papel” nos dois textos, conclui-se que,

- (A) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo atribuído a ela sentido pejorativo.
- (B) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem conotativa; na segunda, em linguagem denotativa.
- (C) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem conotativa, assumindo duplo sentido em ambas.
- (D) na primeira ocorrência, é explorada em linguagem denotativa; na segunda, em linguagem conotativa.
- (E) nas duas ocorrências, é explorada em linguagem denotativa, sendo o sentido ambíguo no editorial.

19. Ocorre, no texto, variação linguística, adequada à caracterização da personagem; ocorrem, também, trechos que atendem à norma-padrão da língua. Esses usos da língua – com variação linguística e com atendimento à norma-padrão – estão, correta e respectivamente, exemplificados com os trechos:

- (A) E os 13 cruzeiros não dava! / Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice.
- (B) ... porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. / Avisei as crianças que não tinha pão.
- (C) Saí indisposta, com vontade de deitar. / Mas o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanço.
- (D) Eu estava nervosa interiormente, ia maldizendo a sorte. / Eu estava indisposta, resolvi benzer-me.
- (E) Abri a boca duas vezes, certifiquei-me que estava com mau olhado. / Que tomassem café simples e comesse carne com farinha.

20. Assinale a alternativa em que a expressão escrita garante ao trecho – Deixei as crianças. Recomendai-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. – a coesão, a coerência e o atendimento à norma-padrão.

- (A) Quando deixei as crianças, recomendei a elas para brincar no quintal e não sair a rua, todavia os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (B) Deixei as crianças, e recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua, porque os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos.
- (C) Deixei as crianças, embora tenha recomendado-lhes a brincar no quintal e não sair à rua, uma vez que os pessimos vizinhos que eu tenho não dão-lhes sossego.
- (D) Os pessimos vizinhos que eu tenho não dão sossego às crianças. Então, quando deixei elas, recomendei-as que brincassem no quintal e não saíssem na rua.
- (E) Como os pessimos vizinhos que tenho não dão sossego aos meus filhos, quando eu deixei as crianças, recomendei-lhes que brincassem no quintal e não saíssem para a rua.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO

21. Uma das formas de manifestação das políticas públicas é a política social, principalmente quando se vincula ao estado do bem-estar social. Essa política social se materializa por meio de alguns modelos, como, por exemplo, residual, meritocrático e institucional. O modelo residual se caracterizaria por encarar as políticas públicas como atuando
- (A) por merecimento, pelo princípio da solidariedade, e por ações notadamente corporativas.
 - (B) em um nível mais elevado, pelo princípio da justiça, por ações redistributivas.
 - (C) de forma meramente secundária, pelo princípio da caridade, e por ações voltadas para a assistência social e doações.
 - (D) pelo modelo da seguridade social, pelo princípio da justiça, por ações voltadas para a distribuição e não redistribuição.
 - (E) pelo modelo do seguro social, pelo princípio da solidariedade e por ações para a cobertura de grupos ocupacionais por meio de uma relação contratual.
22. Do ponto de vista do governo envolvido na implementação de uma política pública, a formação da agenda refere-se a
- (A) conjunto de problemas ou temas que vão merecer uma intervenção pública.
 - (B) avaliação das ações que foram tomadas no passado e que não foram resolvidas.
 - (C) redimensionamento dos indicadores de gestão das políticas públicas em curso.
 - (D) avaliação dos pontos fortes e fracos das políticas existentes e forma de maximizar os fortes e minimizar os fracos.
 - (E) controle de qualidade das ações voltadas à gestão das políticas públicas em implementação.
23. A avaliação de projetos relacionados à efetivação de políticas públicas que privilegiam aspectos gerenciais, estritamente voltada à eficiência administrativa, focaliza que critério?
- (A) O quanto o uso dos recursos primou pela economicidade.
 - (B) Aquele que mede a relação entre os meios utilizados e os recursos à disposição.
 - (C) O que se refere a verificar se os direitos básicos dos destinatários foram alcançados.
 - (D) Aquele que se refere a verificação da participação dos atores, objetos da política, com equidade.
 - (E) O quanto a execução seguiu conforme as etapas previamente estabelecidas.

24. Diz-se que o processo de elaboração e execução das políticas públicas (*outputs*) resultam do processamento, pelo sistema político, dos *inputs* originários do meio ambiente e de *withinputs* (demandas originadas no interior do próprio sistema político). Essa visão de todo o processo está sustentada pela abordagem
- (A) estruturalista.
 - (B) sistêmica.
 - (C) burocrática.
 - (D) funcionalista.
 - (E) neoclássica.
25. O indicador de produtividade relacionado à forma de produção de bens e serviços, envolvendo procedimentos de aquisições ou requisições, bem como em dias de prazo para contratação dos mesmos, e, além disso para a própria realização de atividades, é considerado do tipo indicador de
- (A) processo.
 - (B) resultado.
 - (C) insumo.
 - (D) produto.
 - (E) objetivo.

AUDITORIA

26. O objetivo principal da auditoria de demonstrações contábeis é
- (A) garantir legalmente que as demonstrações contábeis refletem fielmente os fatos e atos da administração por elas sumarizados. Isso é alcançado mediante a aplicação de procedimentos de auditoria voltados à identificação de fraudes e erros.
 - (B) identificar por meio das demonstrações contábeis eventuais fraudes ou casos de corrupção pública ou privada que possam por em risco o patrimônio da entidade. Isso é alcançado por meio da elaboração de relatório detalhado de auditoria, com identificação de operações suspeitas.
 - (C) auxiliar a administração na apuração dos saldos de encerramento das contas contábeis, validando de forma prévia os procedimentos, metodologias e interpretações das normas técnicas adotadas pelos órgãos de governança da entidade ao longo do exercício financeiro.
 - (D) servir de instrumento qualificado auxiliar na formação de opinião acerca da existência ou inexistência de fato concernente ao patrimônio de uma entidade. Isso é alcançado por meio da elaboração de laudo pericial ou parecer técnico pericial de auditoria.
 - (E) aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

27. Assinale a alternativa que apresenta a definição correta.

- (A) Ceticismo profissional: aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas.
- (B) Risco inerente: risco de que uma distorção que possa ocorrer em uma afirmação sobre uma classe de transação e que possa ser relevante não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- (C) Asseguração razoável: no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, é um nível alto, mas não absoluto, de segurança.
- (D) Crítica de auditoria: postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
- (E) Responsável de auditoria: a pessoa ou organização com a responsabilidade de supervisionar de forma geral a direção estratégica da entidade e obrigações relacionadas com a responsabilidade da entidade.

28. A respeito da execução do trabalho do auditor, é correto afirmar que

- (A) o conceito de materialidade não é determinante no planejamento e na execução da auditoria, pois toda distorção identificada merece o mesmo nível de atenção.
- (B) as distorções identificadas são presumidamente consideradas relevantes até prova em contrário, não se podendo dizer o mesmo a respeito de eventuais omissões.
- (C) julgamentos sobre a relevância de uma informação são estabelecidos levando-se em consideração a exigência legal, não podendo o auditor considerar material distorção não ligada a elemento obrigatório das demonstrações segundo a lei.
- (D) a opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.
- (E) as normas técnicas exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha a confiança profissional na administração da entidade auditada ao longo de todo o planejamento e na execução da auditoria.

29. A respeito dos procedimentos de auditoria e dos poderes do auditor independente, é correto afirmar que

- (A) o auditor não é treinado nem obrigado a ser especialista na verificação de autenticidade de documentos, o que pode influenciar na sua capacidade de identificação de eventuais fraudes sofisticadas no âmbito da entidade auditada.
- (B) o auditor independente possui poderes legais específicos, tais como o poder de busca, que podem ser necessários para a investigação de fatos delituosos no âmbito da entidade auditada.
- (C) caso a administração não forneça, intencionalmente, as informações completas que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, o auditor deverá adotar as medidas judiciais cabíveis para concluir com segurança o trabalho de auditoria.
- (D) a dificuldade, falta de tempo ou custo envolvido são, por si só, base válida para que o auditor omita um procedimento de auditoria para o qual não há alternativa ou que deva ser satisfeito com evidências de auditoria menos persuasivas.
- (E) o trabalho de auditoria pressupõe ser obrigação do auditor tratar de todas as informações que possam existir ou tratar cada assunto exaustivamente com base na premissa de que as informações são erradas ou fraudulentas até prova em contrário.

30. Após a data de aprovação das demonstrações contábeis, mas antes da data de divulgação destas demonstrações, chegaram ao conhecimento do auditor independente fatos que, no seu entendimento, deverão ser adequadamente divulgados nas demonstrações contábeis, o que irá requerer ajustes nas demonstrações auditadas anteriormente. Caso o relatório de auditoria já tivesse sido entregue pelo auditor antes de vir ao seu conhecimento esses fatos e a administração se recuse à rerepresentação das demonstrações com as modificações necessárias, é correto afirmar que o auditor deverá

- (A) emitir novo parecer e publicar, por sua própria iniciativa, em jornal de grande circulação, alertando para a ineficácia do parecer anterior em face dos novos fatos.
- (B) notificar a administração e os responsáveis pela governança da entidade auditada, para que não divulguem as demonstrações contábeis a terceiros antes de serem feitas as alterações necessárias.
- (C) manter-se inerte, uma vez que a sua responsabilidade profissional se esgota com a entrega do parecer de auditoria e se limita às informações conhecidas até a data de conclusão do parecer.
- (D) emitir novo parecer restrito à mudança realizada e diligenciar para que as demonstrações contábeis sejam divulgadas aos usuários externos com ambos os pareceres de auditoria.
- (E) apenas obter por escrito a recusa da administração, uma vez que a responsabilidade pelas demonstrações contábeis é exclusivamente da entidade, não cabendo ao auditor impor exigências decorrentes de eventos subsequentes.

CONTABILIDADE GERAL

Leia o balanço patrimonial da Empresa Chega Pra Lá Ltda. em 31.12.2022 e 31.12.2021, conforme a seguir, para responder às questões de números 31 a 33.

	2022	2021		2022	2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	180.000	138.000	Fornecedores	360.000	480.000
Contas a Receber	720.000	576.000	Empréstimos e financiamentos	990.000	1.140.000
Estoques	1.140.000	1.260.000	Impostos e Encargos a Recolher	204.000	120.000
Total do Ativo Circulante	2.040.000	1.974.000	Contas a Pagar	21.000	24.000
			Total do Passivo Circulante	1.575.000	1.764.000
Ativo Não Circulante					
Coligadas e controladas	78.000	108.000	Empréstimos e Financiamentos	669.000	330.000
Títulos de longo prazo	156.000	132.000	Total do passivo não circulante	669.000	330.000
Total do Realizável a Longo Prazo	234.000	240.000			
Investimentos	540.000	480.000	Capital	600.000	600.000
Imobilizado	1.500.000	1.140.000	Reservas	1.470.000	1.140.000
Total do Ativo	4.314.000	3.834.000	Total do Patrimônio Líquido	2.070.000	1.740.000
			Total do Passivo	4.314.000	3.834.000

Informações adicionais:

- A depreciação no ano monta a R\$ 135.000
- A equivalência patrimonial positiva em 2022 foi de R\$ 60.000
- Lucro líquido de 2022 foi de R\$ 330.000
- Lucro líquido de 2021 foi de R\$ 150.000

31. Com base nas informações fornecidas e de acordo com a metodologia de fluxo de caixa método indireto, assinale a alternativa que contém o valor, em Reais, do aumento/diminuição do caixa e equivalentes de caixa.

- (A) 348.000.
- (B) (495.000).
- (C) 189.000.
- (D) (42.000).
- (E) 42.000.

32. Assinale a alternativa que contém o valor, em Reais, do índice de liquidez seca em 31.12.2022.

- (A) 0,57.
- (B) 0,98.
- (C) 1,01.
- (D) 1,15.
- (E) 1,29.

33. Assinale a alternativa com a variação percentual de 2021 para 2022 do índice de rentabilidade do patrimônio líquido final de 2022. Para a resposta, considere o critério de arredondamento do resultado.

- (A) Redução de 5%.
- (B) Aumento de 7%.
- (C) Aumento de 16%.
- (D) Redução de 9%.
- (E) Aumento de 9%.

Leia as informações a seguir da empresa Estrela Dalva Ltda., para responder às questões de números 34 e 35.

Balancete de verificação em 31.12.2022:

Descrição da conta	Reais
Caixa	30.000
Equivalentes de Caixa	105.000
Contas a receber	180.000
Estoques	–
Despesas antecipadas	45.000
Máquinas e equipamentos	750.000
Depreciação de máquinas e equipamentos	150.000
Financiamento a longo prazo	600.000
Capital	240.000
Reservas de lucros	90.000
Vendas líquidas	900.000
CMV	810.000
Despesas administrativas	–
Despesas de salários	90.000
Despesas financeiras	15.000
Receitas financeiras	45.000

O contador da Estrela Dalva está procedendo ao fechamento do balancete do referido exercício, no entanto, necessita ainda incluir alguns lançamentos contábeis, sendo:

- 1) Depreciação do imobilizado e 10% sobre o valor de custo dos bens e será reconhecido como despesas administrativas.
- 2) Dos seguros pagos antecipadamente, 2/3 (dois terços) do saldo da conta é despesa administrativa do exercício.
- 3) O total de receita de juros do exercício deveria ser de R\$ 75.000, já recebidos.
- 4) Os juros sobre o financiamento a longo prazo a ser reconhecido ainda no exercício de 2022 montam a R\$ 30.000.
- 5) Houve uma devolução de vendas da ordem de R\$ 90.000, cujo CMV foi de R\$ 60.000. A empresa restituiu o cliente a vista, por intermédio de transferência bancária.

Trata-se de transações hipotéticas, portanto, não há valores de impostos.

34. O resultado do exercício, em Reais, foi:

- (A) 95.000.
- (B) (95.000).
- (C) 105.000.
- (D) (105.000).
- (E) 125.000.

35. O valor dos estoques remanescentes é

- (A) 30.000.
- (B) 38.000.
- (C) 45.000.
- (D) 57.000.
- (E) 60.000.

ORÇAMENTO PÚBLICO

36. O Orçamento Público, representado em Lei Orçamentária Anual, LOA, pode ser bem conceituado como:

- (A) conjunto de valores para o equilíbrio da situação líquida do tesouro público.
- (B) alocação de receitas e despesas para atender as despesas de capital.
- (C) meio de previsões de valores em função do comportamento da economia.
- (D) demonstração das intenções de governantes nos atendimentos prioritários.
- (E) instrumento com previsibilidades e limites com vistas ao equilíbrio fiscal.

37. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que corresponde de forma fiel à descrição do princípio orçamentário.

- (A) Orçamento bruto: determina que os valores devem ser apresentados sem duplicidades.
- (B) Não afetação das receitas: veda a vinculação de arrecadação à determinada atividade econômica.
- (C) Exclusividade: estabelece que os valores do orçamento representam autorizações financeiras.
- (D) Unidade: impõe a cada ente federado a apresentação de orçamento individualizado.
- (E) Universalidade: condiciona os fundos, as movimentações de valores e a tributação ao exercício.

38. A elaboração do orçamento obedece a leis, normas e orientações técnicas. A elaboração da proposta cabe ao Poder Executivo. Há determinados núcleos ou agrupamentos, pertencentes à administração direta e indireta, que detalham a proposta em atividades e projetos. Tais núcleos ou agrupamentos são esses denominados na forma legal como:

- (A) unidades de despesas.
- (B) centros de custos.
- (C) unidades orçamentárias.
- (D) centros de despesas.
- (E) centros orçamentários.

39. A execução do orçamento, enquanto programação financeira e cronograma mensal de desembolso, expressos na Lei nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00, poderá ser limitada quando

- (A) ameaçar o cumprimento de metas.
- (B) julgar necessário o mandatário.
- (C) estiver previsto em orçamento.
- (D) determinar o tribunal de contas.
- (E) houver previsão de renúncia fiscal.

- 40.** Assinale a alternativa que contém o registro contábil sob a ótica patrimonial do recebimento de dívida ativa no valor de R\$ 2.356.000,00 em dinheiro.
- (A) D: Caixa e Equivalentes de Caixa – 2.356.000,00.
C: Créditos de Longo Prazo – 2.356.000,00.
- (B) D: Receita a realizar – 2.356.000,00.
C: Receita realizada – 2.356.000,00.
- (C) D: Controle da Disponibilidade de Recursos – 2.356.000,00.
C: Disponibilidade por Destinação de Recursos – 2.356.000,00.
- (D) D: Caixa e Equivalentes de Caixa – 2.356.000,00.
C: Receita Realizada – 2.356.000,00.
- (E) D: Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa – 2.356.000,00.
C: Receita Realizada – 2.356.000,00.
- 41.** Conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, os elementos correspondem às estruturas básicas a partir das quais as demonstrações contábeis são elaboradas. Assinale a alternativa que contém somente elementos das demonstrações contábeis.
- (A) Ativo e Representação Fidedigna.
- (B) Bancos e Tempestividade.
- (C) Distribuição aos proprietários e Confiabilidade.
- (D) Receita e Relevância.
- (E) Variação Patrimonial Aumentativa e Variação Patrimonial Diminutiva.
- 42.** Sobre as decisões do Tribunal de Contas, é correto afirmar com base na Constituição Federal que
- (A) as decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (B) deverão ser previamente homologadas pela Comissão Permanente de Fiscalização do Congresso Nacional.
- (C) são definitivas, não podendo ser questionadas por meio de ação apresentada ao Poder Judiciário.
- (D) terão caráter orientativo e pedagógico, apenas podendo resultar em aplicação de sanção em caso de reincidência ou dolo grave.
- (E) serão tomadas monocraticamente por cada um dos Conselheiros, a quem caberá, por sorteio, a análise de representação apresentada ao Tribunal.
- 43.** Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo
- (A) dar parecer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento, sobre as contas anuais encaminhadas pelo Prefeito.
- (B) apreciar a legalidade e a conveniência das concessões iniciais de aposentadorias e das pensões concedidas pelo Município.
- (C) representar ao Ministério Público sobre irregularidades e abusos que verificar no exercício do controle da administração financeira e orçamentária.
- (D) decretar a prisão administrativa, em caráter cautelar e pelo prazo máximo de 100 (cem) dias ao servidor público em alcance.
- (E) dar parecer, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre as contas anuais encaminhadas pela Mesa da Câmara Municipal ao Prefeito.
- 44.** Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar que as representações dirigidas ao Tribunal de Contas serão arquivadas quando
- (A) forem formuladas por pessoa física.
- (B) forem apresentadas por pessoa jurídica contratada pela Administração Municipal.
- (C) não descreverem minuciosamente as supostas irregularidades, o seu enquadramento legal e a totalidade dos agentes envolvidos.
- (D) revelarem espírito de mera emulação.
- (E) descreverem irregularidade equivalente a crime contra a administração pública.

45. Com base na Lei nº 9.167/1980, é correto afirmar sobre a instrução dos processos perante o Tribunal de Contas, bem como sobre os poderes do Tribunal e de seus Conselheiros que
- (A) o Tribunal poderá, a qualquer tempo, proceder a auditorias, vistorias ou exames em processos ou documentos, no próprio local onde se encontrem.
 - (B) não é admitida a produção de prova testemunhal nos processos perante o Tribunal de Contas do Município.
 - (C) o não atendimento de requisição do Tribunal de Contas sujeita o agente à multa de 5 vezes o subsídio do Chefe do Poder Executivo.
 - (D) as requisições de documentos serão sempre formuladas pelo Presidente do Tribunal ao Chefe do Poder Executivo ou Legislativo, conforme o caso.
 - (E) é indelegável a competência para a requisição de documentos junto a órgãos da Administração Municipal.
46. Conforme diretriz estabelecida na Declaração de Lima (Intosai), os relatórios da Entidade Fiscalizadora Superior
- (A) deverão em regra ter a sua publicidade restrita, dando-se conhecimento exclusivamente às organizações auditadas e aos demais órgãos de controle.
 - (B) deverão ser redigidos em uma linguagem técnica e precisa ainda que possa dificultar a compreensão do público em geral.
 - (C) apresentarão os fatos e sua avaliação de uma maneira objetiva, clara e restrita aos elementos essenciais.
 - (D) deverão desconsiderar os pontos de vista das organizações auditadas sobre os achados, considerando a necessidade de isenção e imparcialidade do relato.
 - (E) não se confundem com os relatórios de fiscalização que podem e devem regularmente ser elaborados pelos Tribunais de Contas no Brasil.
47. A Constituição Federal, ao tratar “Dos Orçamentos”, estabelece que
- (A) a lei orçamentária anual compreenderá, entre outros, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, excluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
 - (B) a União organizará e manterá registro centralizado de projetos de investimento contendo, por Estado ou Distrito Federal, e por Município, pelo menos, análises de viabilidade, estimativas de custos e informações sobre a execução física e financeira.
 - (C) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
 - (D) a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
 - (E) a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, e isso se aplica, igualmente, nos casos de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados.

48. Na fiscalização contábil, financeira e orçamentária, o Tribunal de Contas da União desempenha papel constitucionalmente estabelecido, que se aplica, no que couber, às esferas estadual, distrital e municipal. Dentre as funções desempenhadas pelos Tribunais de Contas, de acordo com a doutrina e a jurisprudência, é correto afirmar que a
- (A) consultiva é aquela exercida ao emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo, e na esfera municipal o parecer só deixará de prevalecer por decisão da maioria relativa dos membros da respectiva Câmara Municipal.
 - (B) fiscalizatória abrange, entre outras, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta, incluídas as nomeações para cargo em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, excluídas a administração indireta e as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
 - (C) informativa compreende a prestação de informações ao parlamento ou a qualquer uma de suas casas ou comissões sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, não abrangendo a fiscalização operacional e patrimonial, e excluindo os resultados de auditorias e inspeções realizadas.
 - (D) sancionatória aplica aos responsáveis, nos casos de ilegalidade da despesa ou irregularidade nas contas, as sanções previstas em lei, sem atribuir qualidade de título executivo às decisões que condenem os responsáveis em débito ou lhes aplique multa.
 - (E) judicante compreende o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
49. A respeito das parcerias público-privadas, assinale a alternativa correta, com base na Lei nº 11.079/2004.
- (A) As concessões patrocinadas envolvem adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, a qual deverá constituir no máximo 70% da remuneração do parceiro privado.
 - (B) Os contratos de parcerias público-privadas deverão prever a repartição de riscos entre as partes, exceto os referentes a caso fortuito, força maior, fato príncipe e álea econômica extraordinária.
 - (C) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviço de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta e pode envolver a execução de obra pública, desde que esta não seja seu único objeto.
 - (D) É possível que se exija do parceiro público a prestação de garantia das suas obrigações pecuniárias desde que por meio dos instrumentos taxativamente previstos na Lei nº 11.079/04.
 - (E) As controvérsias decorrentes dos contratos de parceria público-privada não poderão ser resolvidas por meio de arbitragem ou outro meio privado de resolução de disputas.
50. Assinale a alternativa correta a respeito do regime jurídico dos servidores públicos.
- (A) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, a partir de quando somente poderão perder o cargo em caso de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
 - (B) O servidor público investido em mandato de Prefeito será necessariamente afastado cargo, hipótese em que poderá optar pela sua remuneração e terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
 - (C) A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos, sendo vedada a remuneração dos servidores públicos organizados em carreira exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
 - (D) Será permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, desde que se trate, necessariamente, de dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico; ou de dois cargos privativos de médico.
 - (E) É permitida a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo desde que em caráter temporário.

51. A respeito do pregão, é correto afirmar que

- (A) poderá utilizar como critério de julgamento o tipo “menor preço” ou “técnica e preço”.
- (B) poderá ser utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, bem como a execução de obras de menor valor.
- (C) declarado o vencedor, os licitantes terão o prazo de 10 (dez) dias para manifestar a intenção de recorrer.
- (D) a Administração Pública não poderá exigir a garantia da proposta ou o pagamento de quaisquer taxas e emolumentos.
- (E) não prevê limitação de valor para a aquisição de quaisquer bens e serviços comuns.

52. Leia o caso a seguir e assinale a alternativa correta.

O Município XYZ foi atingido por fortes chuvas em uma noite do mês de janeiro. A emergência constatada provocou a interrupção dos serviços de iluminação pública e de ônibus municipais por 10 horas para a realização dos reparos técnicos necessários para a segurança das instalações e dos usuários. Em razão dos prejuízos financeiros sofridos pelos concessionários do serviço de transporte, o Poder Público resolveu aumentar em R\$ 5,00 (cinco reais) o valor da passagem de ônibus. O aumento provocou protestos dos munícipes, que contaram com o apoio de algumas categorias de servidores públicos, como policiais militares, motoristas e cobradores, que resolveram entrar em greve e reivindicar aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

- (A) Os serviços de iluminação pública e transporte não poderiam ter sido paralisados, pois, por se tratarem de serviços essenciais, era necessária a prévia comunicação do usuário.
- (B) O movimento grevista foi legítimo, pois é assegurado pela Constituição o direito de greve aos servidores públicos nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- (C) Não havia qualquer impedimento legal para o aumento das passagens, visto que os contratos de concessão podem prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
- (D) O aumento da tarifa, no caso descrito, viola o princípio da continuidade do serviço público, pois impede que as camadas mais humildes da população tenham acesso ao serviço de transporte pelo alto custo.
- (E) A iluminação pública, por se tratar de serviço *uti universi*, é remunerada por meio de impostos e contribuições, diferentemente do serviço de transporte, classificado como *uti singuli*.

53. Leia o caso proposto a seguir e assinale a alternativa correta a seu respeito.

O Município de XYZ celebrou consórcio público com o Município de ABC para promover a gestão associada de serviços públicos de interesse comum. Para tanto, celebraram contrato de consórcio com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções previamente assinado, atribuindo-lhe personalidade jurídica de direito privado.

- (A) A União não poderá integrar o consórcio, pois este somente pode envolver entes da mesma esfera de governo.
- (B) É vedada a celebração de consórcio público sob a forma de pessoa jurídica de natureza privada.
- (C) O consórcio não está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas por se tratar de pessoa jurídica de direito privado.
- (D) O consórcio deverá observar as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos e à admissão de pessoal.
- (E) É possível a entrega de recursos pelos entes consorciados ao consórcio, independentemente de contrato de rateio, desde que as despesas sejam ratificadas pelas autoridades competentes.

DIREITO PENAL

54. Funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal

- (A) pratica crime de prevaricação.
- (B) pratica crime de corrupção ativa.
- (C) pratica crime de corrupção passiva.
- (D) apenas pratica crime caso seja financeiramente beneficiado com a omissão.
- (E) não pratica crime, apenas infração administrativa.

55. Assinale a alternativa correta no contexto dos crimes contra as finanças públicas.
- (A) Configura o crime de “prestação de garantia graciosa” prestar garantia em operação de crédito, ainda que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada.
 - (B) O crime de “aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura” caracteriza-se mediante a execução de ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, no ano final do mandato ou da legislatura.
 - (C) Caracteriza o crime de “inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar” ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
 - (D) Desde que os títulos estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia, o crime de “oferta pública ou colocação de títulos no mercado” não se caracteriza, mesmo se os títulos tiverem sido criados por ato normativo que não a lei em sentido estrito.
 - (E) O crime de “assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura” configura-se quando autorizada a assunção de obrigação nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro, independentemente de a parcela a ser paga no exercício seguinte ter contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

56. O Decreto Municipal nº 57.653, de 07 de abril de 2017, define, em seu capítulo inicial, as diretrizes a serem seguidas pela Política Municipal de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (PMGTIC), dentre as quais incluem-se
- (A) transparência e armazenamento.
 - (B) planejamento e treinamento.
 - (C) integração e diversificação.
 - (D) modernização e proteção.
 - (E) descentralização e inovação.

57. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) trata, dentre outros pontos, da neutralidade de rede, que
- (A) determina que o provedor de aplicações de internet não poderá emitir opiniões sobre quaisquer assuntos tratados nas aplicações sob sua responsabilidade.
 - (B) determina que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.
 - (C) não se aplica às aplicações especiais, como as que operam em tempo real, que utilizam muita largura de banda limitando, em alguns instantes, que os pacotes de dados dos demais usuários sejam tratados de forma isonômica.
 - (D) prevê que no caso de provisão de conexão gratuita, os pacotes de dados não poderão ter degradação de velocidade superior a 30% em relação à conexão onerosa.
 - (E) prevê que o provedor de conexão à internet será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.
58. Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018), supondo o vínculo do dado a uma pessoa natural, **não** é considerado dado pessoal sensível:
- (A) nome completo.
 - (B) convicção religiosa.
 - (C) opinião política.
 - (D) filiação a organização de caráter filosófico.
 - (E) dado referente à saúde.

59. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014), no seu artigo 13, trata da provisão de conexão à internet. Em relação a essa questão, tem-se que

- (A) a autoridade policial ou administrativa ou o Ministério Público poderá requerer cautelarmente que os registros de conexão sejam guardados por um prazo adicional máximo de 6 (seis) meses, improrrogáveis, além do prazo normal previsto no *caput*.
- (B) a responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão poderá ser transferida a terceiros, mediante acordo formalizado com a presença do Ministério Público, sem a necessidade da anuência dos usuários.
- (C) cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do regulamento.
- (D) no caso de provisão de conexão onerosa, o administrador de sistema de conexão à internet deverá manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, por até 5 (cinco) anos, enquanto que para conexão gratuitas, por até 6 (seis) meses.
- (E) o provedor responsável pela guarda dos registros deverá informar, de forma imediata apenas ao usuário, que os registros das suas conexões foram solicitados por autoridade superior.

60. No contexto da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018), o operador é entendido como

- (A) pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- (B) pessoa indicada para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
- (C) pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- (D) pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- (E) órgão da administração pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sede e foro no País, que inclua em sua missão ou objetivo social a pesquisa de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

61. Os cabos de par trançado das categorias Cat 6 e Cat 6a apresentam algumas características e exigências, segundo as especificações e recomendações de uso normal, como

- (A) a distância limitada a 1 000 metros para os cabos Cat 6a quando utilizados em redes 10GBASE-T.
- (B) a distância limitada a 550 metros para os cabos Cat 6 quando utilizados em redes 10GBASE-T.
- (C) a menor espessura dos cabos Cat 6a quando comparados com os cabos Cat 6, permitindo a passagem de mais cabos nas canaletas.
- (D) o uso de conectores diferentes dos convencionais RJ-45, destinados especificamente para as categorias Cat 6 e Cat 6a, que possuem dimensões menores, mais pinos e utilizam novos materiais para que suportem frequências mais altas.
- (E) a menor interferência entre os pares do cabo CAT 6a devido às suas características construtivas, tornando-o, porém, mais grosso e menos flexível que o cabo Cat 6.

62. Uma das camadas superiores do modelo OSI da ISO é a Camada de Sessão, que oferece serviços à Camada de Apresentação, como

- (A) a comunicação com seus usuários por meio de primitivas de serviço trocadas em um ou mais *Transport Service Access Point* (TSAP), definidas de acordo com o tipo de serviço prestado, que pode ser orientado ou não à conexão.
- (B) a tradução dos dados para uso da camada seguinte, como a conversão de códigos para caracteres, a compactação e a criptografia dos dados.
- (C) o controle da transferência de dados entre computadores de uma rede, a qualidade do serviço e a correção de erros fim a fim.
- (D) o gerenciamento de diálogos, com a negociação da utilização de *tokens* para troca de dados, sincronização e liberação da conexão de sessão.
- (E) o provimento de conectividade aos computadores de uma rede, selecionando os caminhos para os pacotes de dados trafegarem.

63. O protocolo utilizado pelo serviço de acesso remoto *Terminal Services* da Microsoft é o

- (A) AIP (*Adaptive Internet Protocol*).
- (B) RDP (*Remote Desktop Protocol*).
- (C) RXP (*Rapid X Protocol*).
- (D) RFB (*Remote Frame Buffer*).
- (E) SSH (*Secure Shell*) com X11.

64. O recurso NAP (*Network Access Protection*), suportado pelo servidor DHCP dos sistemas operacionais Windows Server 2008 a 2012 R2, mas não mais suportado na versão 2016, tem por objetivo
- (A) avaliar a saúde do sistema que tenta ingressar na rede, considerando aspectos como estado de atualização e presença de antivírus, para aceitar ou não o acesso.
 - (B) forçar que a configuração dos servidores DNS nas estações que ingressam na rede não sejam efetuadas manualmente, evitando o uso de servidores DNS falsos.
 - (C) possibilitar a configuração de uma faixa de endereços IP já usados estaticamente na rede, evitando a distribuição de endereços IP duplicados.
 - (D) associar certo endereço IP a um *MAC Address*, para que o mesmo endereço lógico seja concedido à mesma interface de rede nas próximas solicitações.
 - (E) forçar que os solicitantes utilizem um servidor DNS interno à rede, ou seja, que esteja na mesma sub-rede do endereço IP.
65. No sistema operacional Linux, o serviço `spoolssd` funciona de maneira integrada ao serviço `smbd`. Considerando a funcionalidade agregada pelo `spoolssd`, ele pode ser usado para
- (A) melhorar o desempenho de servidores de impressão, por meio da realização prévia de *forks* de processos `smbd`.
 - (B) possibilitar o compartilhamento de arquivos pelo protocolo SMB.
 - (C) possibilitar o compartilhamento de portas seriais pelo protocolo SMB.
 - (D) habilitar a encriptação dos dados no tráfego de rede relativo a operações com elementos compartilhados via SMB.
 - (E) oferecer uma interface gráfica, acessível via navegador *web*, para consulta ao *spooler* de impressão do Linux e funcionalidades relacionadas.
66. No Windows Server 2012, o sistema de arquivos ReFS
- (A) é o sistema de arquivos padrão para a unidade de sistema (*boot*).
 - (B) utiliza nomes de arquivo no formato 8.3 (compatível com DOS).
 - (C) fornece suporte ao sistema de arquivos criptografados (EFS).
 - (D) preserva e aplica listas de controle de acesso (ACL).
 - (E) faz uso de quotas de disco para gerenciar o espaço disponível.
67. Considerando o sistema gerenciador de bancos de dados MySQL (versão 8.0), uma informação importante é saber quais são as bases de dados existentes no servidor, bem como obter o nome da base de dados selecionada no momento da execução do comando. Os dois comandos que respondem a essas duas questões são, respectivamente,
- (A) `RETURN DATABASES;` e `GET DATABASE();`
 - (B) `SHOW DATABASES;` e `SELECT DATABASE();`
 - (C) `RELEASE DATABASES;` e `SET DATABASE();`
 - (D) `REFERENCE DATABASES;` e `LOAD DATABASE();`
 - (E) `PROPT DATABASES;` e `RELOAD DATABASE();`
68. O sistema gerenciador de bancos de dados Oracle 12c implementa o conceito de visões materializadas (*materialized views*), sendo correto afirmar que
- (A) uma vez criada uma visão materializada, ela não é mais atualizada.
 - (B) uma visão materializada é destruída quando houver reinicialização da base de dados.
 - (C) seus métodos de atualização (*refresh*) são denominados completo e incremental.
 - (D) uma visão materializada não consome espaço de armazenamento.
 - (E) uma visão materializada não pode acessar mais do que três atributos de uma tabela.
69. O sistema gerenciador de bancos de dados Microsoft SQL Server 2012 possui a opção `OFFSET` que pode ser inserida em um comando `SELECT`. Tal opção especifica
- (A) o número máximo de linhas que devem ser exibidas como resultado da execução do comando.
 - (B) o número de linhas a serem excluídas da tabela alvo, antes da exibição das linhas de resultado.
 - (C) o tempo mínimo para que a resposta solicitada seja exibida.
 - (D) o número máximo de usuários simultâneos no banco de dados em questão.
 - (E) quantas linhas devem ser ignoradas antes que o comando inicie a exibição das linhas de resultado.

70. O protocolo de segurança WPA2, baseado no padrão sem-fio 802.11i,

- (A) introduziu melhorias em relação ao WPA, como o uso do *Advanced Encryption Standard (AES)*, aprovado pelo governo dos EUA para ser usado como padrão para a criptografia de informações classificadas como secretas.
- (B) apresenta uma vantagem em relação ao WPA, que é a menor quantidade de processamento que ele necessita para proteger a rede, devido à otimização realizada nesse protocolo, que pode apresentar bom desempenho mesmo em um *hardware* menos potente.
- (C) ao contrário do WPA, não é vulnerável a ataques por meio do *Wi-Fi Protected Setup (WPS)*, recomendando-se sempre a ativação deste para proteger a rede.
- (D) suporta apenas a criptografia *Temporal Key Integrity Protocol (TKIP)*, enquanto o WPA suporta apenas a *Advanced Encryption Standard (AES)*.
- (E) tem a sua segurança dependente do tamanho da senha que for definida, permitindo o uso de senhas de até 255 caracteres, ao contrário do WPA, que permite usar senhas de até 31 caracteres.

71. Ataques de negação de serviço (*Denial of Service – DoS*) podem ser realizados de diversas formas, como por meio

- (A) da interceptação de tráfego, inspecionando os dados trafegados em redes de computadores, utilizando programas específicos para a captura de informações sensíveis, como senhas.
- (B) da descoberta, por tentativa e erro, da senha de um usuário conhecido de um computador ligado à Internet, para então ser possível acessar *sites*, computadores e serviços em nome desse usuário.
- (C) do envio de grande quantidade de requisições para um serviço de um computador atacado, consumindo os recursos necessários ao seu funcionamento, o que impede que as requisições dos demais usuários sejam atendidas.
- (D) do furto de senhas de acesso à interface *Web* usada para administração remota de um computador ligado à Internet.
- (E) do mascaramento de pacotes IP com endereços remetentes falsificados, impedindo que o atacante seja identificado.

72. O *worm* é um tipo de código malicioso que

- (A) dispõe de mecanismos de comunicação com o invasor, que permitem que ele seja controlado remotamente.
- (B) é capaz de se propagar automaticamente pelas redes, enviando cópias de si mesmo de computador para computador.
- (C) não consome muitos recursos do computador infectado, não afetando o seu desempenho, o que torna mais difícil a sua detecção.
- (D) permite o retorno de um invasor a um computador comprometido, por meio da inclusão de serviços criados ou modificados para este fim.
- (E) se propaga, inserindo cópias de si mesmo e se tornando parte de outros programas e arquivos.

73. Uma prática de ataque em redes de computadores é o envio de datagramas para um computador usando um endereço IP de origem diferente do real, simulando outra fonte. Tal prática é conhecida como

- (A) *spyware*.
- (B) DoS.
- (C) *sniffing*.
- (D) *spoofing*.
- (E) DDoS.

74. Em geradores de números pseudoaleatórios para uso criptográfico, conhecidos como CSPRNG (*Cryptographically Secure Pseudo Random Number Generators*), é importante

- (A) alterar o algoritmo utilizado a cada execução, e utilizar apenas algoritmos que não sejam de conhecimento público.
- (B) não utilizar nenhuma fonte de entropia externa, deixando sua produção para o próprio algoritmo gerador.
- (C) obter entropia uma única vez, armazená-la, e utilizá-la em todas as execuções, garantindo a previsibilidade.
- (D) semear a execução com o mínimo de entropia disponível.
- (E) semear a execução com o máximo de entropia disponível.

75. O PMBOK 6ª edição define dez áreas de conhecimento, sendo que cada área possui diversos processos e em cada processo definem-se entradas, saídas e ferramentas/técnicas. Dessa forma, uma das ferramentas/técnicas utilizadas no processo
- (A) Planejar o Gerenciamento do Cronograma (Área de Conhecimento Gerenciamento do Cronograma do Projeto) é Opinião Especializada.
 - (B) Determinar o Orçamento (Área de Conhecimento Gerenciamento dos Custos do Projeto) é Estimativa Paramétrica.
 - (C) Gerenciar a Qualidade (Área de Conhecimento Gerenciamento da Qualidade do Projeto) é a Representação de Dados.
 - (D) Adquirir Recursos (Área de Conhecimento Gerenciamento dos Recursos do Projeto) é a Teoria Organizacional.
 - (E) Monitorar as Comunicações (Área de Conhecimento Gerenciamento das Comunicações de Projeto) é Modelos de Comunicação.
76. A norma ABNT ISO/IEC 27002 (Código de Prática para Controles de Segurança da Informação) define, na seção de Gestão de Ativos, aspectos da Classificação da Informação, colocando como seu objetivo
- (A) desenvolver um conjunto indicado de procedimentos para armazenar a informação.
 - (B) limitar o acesso à informação a um número máximo de pessoas.
 - (C) garantir todos os recursos necessários à realização do *backup* dos dados.
 - (D) garantir que a informação receba nível de proteção adequado, conforme a importância da mesma para a organização.
 - (E) desenvolver um conjunto indicado de procedimentos para prover um transporte seguro de mídias.
77. O COBIT 5 define a criação de valor como um dos seus objetivos da governança, incluindo dentre tais objetivos,
- (A) a redução de tempo, a redução da concorrência e o aumento da confiabilidade.
 - (B) a realização de benefícios, a otimização do risco e a otimização dos recursos.
 - (C) a melhora da disponibilidade, a redução da concorrência e a diminuição de pessoal.
 - (D) a otimização do risco, a melhora da disponibilidade e a diminuição de pessoal.
 - (E) o aumento da confiabilidade, a realização de benefícios e a redução de tempo.
78. Uma das métricas empregadas para a medição de produtos de *software* é a Análise por Pontos de Função (APF). Nesse tipo de métrica, há os chamados Fatores de Ajuste, em número de 14. Sobre tais fatores, é correto afirmar que um deles visa verificar se
- (A) os dados do processo em questão são criptografados.
 - (B) o processo de *software* tem nível de maturidade adequado.
 - (C) há integrantes da equipe de *software* externos à organização.
 - (D) existem funções para processamento distribuído.
 - (E) o sistema deve funcionar no esquema 24 x 7.
79. No contexto de virtualização em nível de sistema operacional (*OS-level virtualization*), *containers* executando no mesmo sistema
- (A) podem apresentar isolamento do sistema de arquivos, mas não de limites de memória.
 - (B) podem apresentar isolamento do sistema de arquivos, mas não de rede.
 - (C) compartilham o *kernel* do sistema operacional hospedeiro.
 - (D) possuem suas próprias camadas de *hardware* virtualizadas e independentes.
 - (E) não possibilitam isolamento de recursos do sistema operacional hospedeiro, tais como sistema de arquivos e rede.
80. Um sistema considerado escalável apoia a manutenção de uma operação, pois
- (A) distribui uniformemente o volume de requisições entre os recursos disponíveis.
 - (B) impede a descontinuidade de um serviço em caso de falha em um dos dispositivos.
 - (C) monitora os serviços e produz alertas em caso de anomalias.
 - (D) impede que o sistema seja acessado por pessoas não autorizadas.
 - (E) provisiona recursos em resposta às mudanças no volume de trabalho.

81. Considerando a tecnologia de armazenamento RAID, uma diferença entre as configurações RAID 0 e RAID 1 é:
- (A) no RAID 0, os blocos de paridade são armazenados em um único disco, enquanto no RAID 1 são distribuídos pelos discos.
 - (B) no RAID 0, os blocos de paridade são distribuídos pelos discos, enquanto no RAID 1 são armazenados em um único disco.
 - (C) no RAID 0, ocorre tanto a distribuição de blocos (*striping*) pelos discos como espelhamento (*mirroring*), enquanto no RAID 1 ocorre apenas o espelhamento.
 - (D) no RAID 0, ocorre distribuição de blocos pelos discos (*striping*), mas não espelhamento (*mirroring*), enquanto no RAID 1 ocorre espelhamento, mas não distribuição.
 - (E) no RAID 0, ocorre apenas o espelhamento de blocos (*mirroring*), enquanto no RAID 1 ocorre espelhamento e distribuição pelos discos (*striping*).
82. Em SANs (*Storage Area Networks*), os LUNs (*Logical Unit Numbers*)
- (A) referem-se aos endereços IP dos dispositivos de armazenamento, que o identificam de forma única na rede por meio de um endereço lógico.
 - (B) são identificadores de unidades lógicas de dispositivos endereçáveis em um ambiente SCSI ou protocolos que o encapsulam.
 - (C) correspondem ao nível de configuração RAID utilizado em determinado dispositivo de armazenamento da rede.
 - (D) servem para identificar um arquivo dentro de um sistema de arquivos distribuído montado sobre vários dispositivos de armazenamento de uma SAN.
 - (E) referem-se aos *MAC Addresses* dos dispositivos de armazenamento, que o identificam de forma única na rede por meio de um endereço físico.
83. O estudo de viabilidade constitui-se na fase inicial do desenvolvimento da especificação de requisitos do *software* e o resultado desse estudo deve, prioritariamente, compreender
- (A) uma planilha de custos detalhada de todas as atividades e compras a serem feitas no decorrer do desenvolvimento do *software*.
 - (B) a recomendação para prosseguir, ou não, com os demais processos componentes da engenharia de requisitos.
 - (C) uma classificação detalhada dos requisitos levantados, por ordem de prioridade e de tempo necessários para o desenvolvimento.
 - (D) a definição de quais deverão ser os módulos de *software* desenvolvidos internamente e quais deverão ser adquiridos de terceiros.
 - (E) a definição da equipe de desenvolvimento do *software*, bem como sua seleção, segundo critérios estabelecidos nesse estudo.
84. Dentre as várias estratégias de teste de *software*, há uma delas que estabelece que quando da realização de testes de integração de módulos de *software*, alguns testes são executados novamente de modo a verificar se a adição de novos módulos não tenha provocado erros até então inexistentes. A essa técnica atribui-se a denominação de teste
- (A) adaptativo.
 - (B) principal.
 - (C) de regressão.
 - (D) secundário.
 - (E) estratégico.
85. A Estrutura Analítica de Projeto (EAP) constitui-se em uma importante ferramenta para o desenvolvimento de projetos. Assinale a alternativa que representa uma característica dessa estrutura.
- (A) Seu nível mais baixo representa um pacote de trabalho, com um identificador único.
 - (B) Uma conta de controle representa uma parte de um pacote de trabalho.
 - (C) Cada pacote de trabalho pode ser associado a várias contas de controle.
 - (D) Uma conta de controle pode incluir um único pacote de planejamento.
 - (E) O dicionário da EAP contém apenas o nome do projeto e sua descrição.
86. Considere o dicionário definido em Python 3 a seguir.
- ```
x = {i+1: i for i in range(10) if i % 3 == 0}
```
- O resultado de `sum(x)` é:
- (A) 18
  - (B) 21
  - (C) 22
  - (D) 40
  - (E) 42
87. Na linguagem de programação R, uma amostra aleatória com 100 elementos normalmente distribuídos é obtida com a instrução:
- (A) `rnorm(100)`
  - (B) `pmax(0, 100)`
  - (C) `plot(1, 100)`
  - (D) `runif(100)`
  - (E) `c(0:100)`

88. Considere a lista a seguir em VisualBasic.NET:

```
Class Conta
 Property id As Integer
 Property saldo As Decimal
End Class

Function Contas() As List(Of Conta)
 Return New List(Of Conta) From
 {
 New Conta With {.id = 1, .saldo = 200.00},
 New Conta With {.id = 2, .saldo = 600.00},
 New Conta With {.id = 3, .saldo = 300.00},
 New Conta With {.id = 4, .saldo = 100.00},
 New Conta With {.id = 5, .saldo = 800.00}
 }
End Function
```

A expressão LINQ que seleciona corretamente as instâncias de Conta com saldo superior a 200.00 é:

- (A) From id, saldo In Contas()  
Where saldo > 200
- (B) Select id, saldo In Contas()  
Where saldo > 200.00
- (C) From c In Contas()  
Where c.saldo > 200  
Select c.id, c.saldo
- (D) From c In Contas()  
Where c.saldo > 200.00  
Select c.id
- (E) From c In Contas()  
Where c.saldo > 200

89. Um desenvolvedor VisualBasic.NET registrou a seguinte rota no arquivo RouteConfig.vb de seu projeto ASP.NET MVC 5.

```
routes.MapRoute(
 name:="Default",
 url:="{controller}/{id}/{action}",
 defaults:=New With {
 .controller = "Home",
 .action = "Index",
 .id = UrlParameter.Optional
 }
)
```

Com isso, a ação "Executa" do controlador "Controlador" pode ser acessada pela URL

- (A) /Controlador/xpto/Executa
- (B) /Controlador/Executa
- (C) /Controlador//Executa
- (D) /Executa
- (E) /Executa/Controlador

90. No ASP.NET MVC 5, um filtro que sobrescreve filtros definidos em escopos superiores deve implementar a interface:

- (A) IActionFilter
- (B) IOverrideFilter
- (C) IAuthorizationFilter
- (D) IResultFilter
- (E) IExceptionHandler

91. No ASP.NET MVC 5, para que um auxiliar de HTML personalizado (*Custom HTML Helper*) possa ser invocado como @Html.Quoted("texto"), ele deve ser declarado como:

- (A) 

```
Public Shared Class MyExtension
 Public Shared Function Quoted(
 this ByVal helper As HtmlHelper,
 ByVal text As String
) As String
 Return "" & text & ""
 End Function
End Class
```
- (B) 

```
Public Module MyExtension
 Public Function Quoted(
 ByVal helper As HtmlHelper,
 ByVal text As String
) As String
 Return "" & text & ""
 End Function
End Module
```
- (C) 

```
Imports System.Runtime.CompilerServices
Public Module MyExtension
 <Extension()>
 Public Shared Function Quoted(
 this helper As HtmlHelper,
 ByVal text As String
) As String
 Return "" & text & ""
 End Function
End Module
```
- (D) 

```
Imports System.Runtime.CompilerServices
Public Module MyExtension
 <Extension()>
 Public Function Quoted(
 ByVal helper As HtmlHelper,
 ByVal text As String
) As String
 Return "" & text & ""
 End Function
End Module
```
- (E) 

```
Imports System.Runtime.CompilerServices
Public Class MyExtension
 <Extension()>
 Public Shared Function Quoted(
 ByVal helper As HtmlHelper,
 ByVal text As String
) As String
 Return "" & text & ""
 End Function
End Class
```

92. Suspeita-se que um sistema *web* esteja sujeito a ataques do tipo *SQL Injection*. Sua página de acesso possui campos para digitação de *login* e senha e sabe-se que o *script* responsável por autenticar o usuário o faz por meio de uma única *query* do tipo *SELECT*, acessando a tabela de usuários da aplicação e fazendo uma busca por *login* e senha em texto claro (sem usar *hash* ou encriptação). Um procedimento que tem o potencial de fornecer acesso ao sistema, sem o conhecimento de um *login* e senha válidos (considerando que para conseguir acesso a *query* deva trazer algum resultado), seria digitar o seguinte conteúdo em um dos dois campos (podendo o atacante tentar nos dois):

- (A) ' AND '1' <> '1
- (B) ' OR 'A' <> 'A
- (C) ' OR 'A' = 'A
- (D) ' AND '1' = '1
- (E) ' AND senha <> '

93. Uma resposta *HTTPS* de um servidor *web* a um navegador contém a seguinte linha no cabeçalho:

```
Set-Cookie: id=f3aXb; Secure; HttpOnly
```

Sobre o *cookie* criado por esta linha, assinale a alternativa com a característica correta.

- (A) Só deve ser enviado de volta ao servidor em requisições *HTTP*, não *HTTPS*.
- (B) Seu nome é `f3aXb`.
- (C) É permanente, não sendo excluído automaticamente pelo navegador.
- (D) Deve ser enviado de volta ao servidor em requisições para todo e qualquer domínio.
- (E) É inacessível via *JavaScript* por `document.cookie`.

94. Analise o programa a seguir, elaborado na Linguagem *HTML* com *JavaScript*:

```
<!DOCTYPE html>
<html>
<body>
<p id="conta"></p>
<script>
var a = 1;
var b = 2;
var c = 3;
x = a + b * c;
y = x % 5;
z = Math.pow (y,2);
z--;
document.getElementById("conta").innerHTML
= z;
</script>
</body>
</html>
```

Quando esse programa for aberto por um navegador como o *Chrome* ou o *Edge*, será exibido na tela:

- (A) *ERROR*, pois uma das operações aritméticas resultará em um valor inválido.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

95. Considere o seguinte código *HTML 5* com *JavaScript*:

```
<!DOCTYPE html>
<html>
<body>
<p id="texto"></p>
<script>
document.getElementById("texto").innerHTML
= (~(5^2))<<2;
</script>
</body>
</html>
```

O texto na saída apresentado no navegador, ao carregar essa página, é:

- (A) -12.5
- (B) -20
- (C) -32
- (D) -50
- (E) -100

96. Utilizando o *Bootstrap 4*, o código HTML que gera a seguinte barra de progresso, com indicação de nível na metade e texto "50%", é:



- (A) 

```
<div class="progress border">
 <div class="progress-bar"
 style="width:50%">50%</div>
</div>
```
- (B) 

```
<div class="progress border">
 <div class="progress-bar"
 style="width:100%">50%</div>
</div>
```
- (C) 

```
<div class="progress-bar border">
 <div class="progress"
 style="width:50%;progress-level:50"></div>
</div>
```
- (D) 

```
<div class="progress-bar border">
 <div class="progress"
 style="width:100%">50%</div>
</div>
```
- (E) 

```
<div class="progress-bar border">
 <div class="progress"
 style="width:50%;progress-label:50"></div>
</div>
```
97. De acordo com a especificação dos métodos do protocolo HTTP/1.1, dada pela RFC 7231, os métodos POST e PUT servem para:
- (A) POST: Requisitar o fornecimento da representação do recurso especificado; PUT: requisitar que o servidor aceite ou processe os dados do corpo da requisição, como a submissão de um formulário *web*.
- (B) POST: Requisitar que o servidor aceite ou processe os dados do corpo da requisição, como a submissão de um formulário *web*; PUT: ecoar de volta a requisição recebida, para que o cliente verifique se modificações foram feitas por servidores intermediários.
- (C) POST: Requisitar o fornecimento da representação do recurso especificado; PUT: requisitar o armazenamento de uma entidade sob a URI fornecida, podendo ser uma criação ou modificação.
- (D) POST: Requisitar o fornecimento da representação do recurso especificado; PUT: requisitar apenas o cabeçalho da resposta de uma solicitação de um recurso, como metainformação sem precisar obter o conteúdo completo.
- (E) POST: Requisitar que o servidor aceite ou processe os dados do corpo da requisição, como a submissão de um formulário *web*; PUT: requisitar o armazenamento de uma entidade sob a URI fornecida, podendo ser uma criação ou modificação.
98. O comando do sistema gerenciador de bancos de dados Microsoft SQL Server que desfaz as transações até um *savepoint* especificado é:
- (A) ROLLBACK TRAN @<nome do savepoint>;
- (B) ROLLBACK TRAN <nome do savepoint>;
- (C) ROLLBACK TRAN UNTIL <nome do savepoint>;
- (D) ROLLBACK TRANSACTION FOR <nome do savepoint>;
- (E) ROLLBACK TRANSACTION <nome do savepoint>;
99. Considere o seguinte comando do sistema gerenciador de bancos de dados Microsoft SQL Server:
- ```
TRUNCATE TABLE Hand;
```
- O resultado da execução desse comando é
- (A) excluir metade das tabelas do banco de dados Hand.
- (B) excluir todos os registros da tabela Hand.
- (C) excluir metade dos registros da tabela Hand.
- (D) limitar o tamanho de todos os registros da tabela Hand.
- (E) limitar o número de tabelas do banco de dados Hand.

100. A linguagem Transact SQL do sistema gerenciador de bancos de dados Microsoft SQL Server possui o comando BULK INSERT, cuja função é

- (A) codificar os dados de uma tabela especificada nesse comando.
- (B) confirmar as operações de inserção de dados realizadas em determinado período de tempo.
- (C) importar um arquivo com dados para uma tabela ou visão da base de dados.
- (D) restituir os registros excluídos de determinada tabela da base de dados.
- (E) eliminar os registros que contenham valores nulos nas tabelas do banco de dados.

